

AO: Artigo de Opinião

CI-CPRI



Praxes Académicas

A morte de seis estudantes da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Dezembro de 2013, alegadamente na sequência de praxes académicas, reabriu o debate sobre esta matéria em Portugal. A matéria é complexa e deve ser analisada a diferentes níveis.

Ponto 1: o termo “praxe académica” reportava-se inicialmente a um conjunto de actividades exercidas por alunos veteranos (sobretudo os que tinham mais matrículas) sobre alunos caloiros que entravam para as Universidades. Hoje em dia, com a multiplicação de estabelecimentos de ensino superior, a prática das praxes generalizou-se a outro tipo de institutos (públicos e privados), incluindo os do ensino secundário.

Ponto 2: as praxes parecem ser iniciáticas. Todas as sociedades humanas desenvolveram este tipo de actividades que, supostamente, simbolizam uma transição da menor idade para a maioridade. No séc. XXI, a sociedade portuguesa estipula por lei que um cidadão é adulto a partir dos dezoito anos, precisamente a idade normal de entrada para o ensino superior. Mas há cada vez mais dinâmicas de veterano/caloiro noutras idades, porque já em tempos ancestrais os indivíduos sentiam necessidade biológica e social de demonstrar que “cresceram” desde os catorze/quinze anos. É raro verificar esta vontade de praxar e de ser praxado antes da idade dos dez anos, durante a infância. Mas é cada vez mais frequente ouvir falar de praxes sempre que se entra numa nova escola, havendo registos de pessoas já licenciadas que são praxadas quando se inscrevem para Mestrado. O que pode justificar uma tal coisa? Se admitirmos que as praxes académicas são actividades iniciáticas, então, talvez a sociedade esteja a permitir que os seus “jovens adultos” se comportem como adolescentes até mais tarde, ou seja, que sintam necessidade de “demonstrar simbolicamente” que são populares ou que têm capacidade de exercer poder sobre terceiros, ou que carecem de se “preparar para a vida”, e várias vezes ao longo dos anos, enquanto não derem “provas efectivas” de já se terem tornado adultos (que têm emprego e/ou que são financeiramente independentes, que não moram nas casas dos pais, ou que já constituíram família ou que têm boas capacidades sociais para fazer amigos sem precisar de ajuda).

Ponto 3: Nas praxes almeja-se provar o valor individual ou grupal. Nelas haverá sempre quem queira participar para demonstrar aos outros que merece pertencer ao novo grupo (dos mais velhos ou mais populares), bem como aqueles que se acham capazes de testar esse “empenho de ascensão social”, impondo aos caloiros metas a ultrapassar. Em pleno séc. XXI, num Estado de Direito Democrático como Portugal, parte-se do suposto que deve reinar o bom senso e a civilidade, e que as praxes ajudam à integração dos caloiros (sobretudo dos que vêm de fora da cidade ou do estrangeiro), para que se divirtam, para que possam fazer amigos. Neste contexto de aparente segurança e confiança, gera-se quase um espírito de concurso de popularidade, em que (alguns dos) elementos tentam ser os mais alegres e participativos de todos, ao gritar pregões e cantar serenatas, dançar, pular, pintar e ser pintados, fazer touradas ou rastejar, “seja o que for que lhes mandem fazer”. Os praxados, mas também os praxantes, querem “chamar a atenção” uns dos outros; e uma das razões, é para potenciar a tal dinâmica de interação social, para que “quem não se conhece se passe a conhecer”. Ou seja, acaba sempre por haver indivíduos que investem muito nas praxes por excesso de zelo, precisamente para serem reconhecidos como heróis, líderes ou foliões. E os que não conseguem acompanhá-los nessa “corrida de obstáculos”. Nesta medida, as actividades iniciáticas são “provas de esforço”. Não admira portanto, que as praxes possam tornar-se intensas ou complicadas, e se possa perder de repente o controlo à situação. Tudo depende das pessoas envolvidas e do ambiente em que são praticadas. Sendo assim, as praxes são um bom espelho da sociedade “jovem” (adolescentes e jovens adultos) e estudá-las pode conferir lições sobre as dinâmicas sociais de uma geração que está a preparar-se para governar o país (directamente, candidatando-se a cargos políticos, ou indirectamente através do voto e da escolha dos seus representantes).

Ponto 4: Será que as praxes começaram por ser “brincadeiras inofensivas” e que se tornaram gradualmente mais violentas? É preciso ter alguma cautela na resposta, pois no passado havia menos informação sobre o assunto, menos locais onde se praticavam praxes e um menor número de caloiros/veteranos envolvidos; e se havia humilhações e excessos (tais como ferimentos ou mortes), ou eram “abafados”, ou pouco debatidos fora das Universidades, ou passavam talvez despercebidos pela maioria da população. Em décadas anteriores, as próprias noções sobre limites razoáveis ou abusos de autoridade eram diferentes, pois o Estado era uma Ditadura, e não era punido por lei ou socialmente inaceitável que os pais batessem violentamente nos filhos, por exemplo. Presentemente, a mentalidade dominante sobre o que é admissível é mais restrita, as pessoas queixam-se mais (talvez por estarem mais conscientes dos direitos que lhes assistem), e os problemas são mais divulgados pelos meios de comunicação e debatidos em praça pública.

Ponto 5: mas os caloiros que pouco colaboram, e sobretudo os “bufos” que se recusam a cumprir ordens dos praxantes, são levados a tribunal de praxe e podem ser gozados ao longo de semanas/meses ou durante todo o curso. Muitos caloiros não se queixam de ofensas corporais e psicológicas para que as represálias acabem. O que pode ser contraproducentemente, pois este comportamento pode ser considerado pelos praxantes

como sinónimo de fraqueza e o *bullying* continuar por isso mesmo ou até aumentar de intensidade. Neste sentido, as praxes podem ajudar a incluir mas também a excluir alunos do mundo académico. Os discentes mais vulneráveis e tímidos, chegam a esconder-se dos colegas, a deixar de ir às aulas ou a ter pior rendimento escolar. Razões pelas quais é difícil, para as comissões de pais ou representantes das reitorias fazer passar a mensagem à sociedade escolar de que os caloiros devem ser educados a dizer “não” e que deve reinar o bom senso entre os veteranos, mas também porque é absolutamente necessário haver educação para a cidadania. A assertividade e o respeito devem ser praticados tanto nas praxes como na vida em geral.

Ponto 6: actualmente, Portugal é um Estado de Direito Democrático que incentiva à consciência dos cidadãos quanto aos seus direitos e responsabilidades cívicas. Há liberdade mas esta é condicionada (por exemplo, não se pode matar, nem roubar, nem exercer violência sobre terceiros). Portanto, as comissões de estudantes dedicadas às praxes académicas, independentemente do grau de organização que tenham (sob a forma de comissões de veteranos, com ou sem *duxes*) não são completamente livres de agir como quiserem (nem os caloiros, pois embora raramente, estes também podem cometer abusos por livre iniciativa, até contra os praxantes). Este tipo de actividades, mesmo quando independentes e/ou não regulamentadas pelas reitorias e direcções das escolas, estão pelo menos sob a alçada das leis internas do país; pelo que há práticas que são e serão sempre consideradas ilegais (em caso de morte ou de ofensa física ou psicológica grave) e, portanto, passíveis de ser punidas criminalmente.

Ponto 7: se as praxes vão sempre existir, porque são actividades iniciáticas, uma tendência social com milhares de anos; se os alunos tendem a querer participar neste tipo de dinâmicas de grupo porque são populares; se a vontade da maioria da população escolar daquelas faixas etárias parece ser a favor das praxes; então, faz pouco sentido que legisladores, reitores e directores escolares as proibam. Ainda assim, devem ser regulamentadas pelos estabelecimentos de ensino e pelo Estado, dentro dos limites da lei e do bom senso. Neste propósito, as regulamentações têm como objectivo incentivar o carácter benigno e integrador das praxes; e limitar as potencialidades de exclusão, protegendo de represálias ou de *bullying* os alunos que não queiram praxar/ser praxados ou que recusem participar em actividades que considerem humilhantes ou perigosas para si ou para terceiros.

Ponto 8: do ponto de vista da segurança e de uma efectiva supervisão das praxes académicas, uma proposta é condicioná-las ao espaço institucional, aos terrenos que são afectos à Universidade/Instituto/Escola. Por um lado, as actividades são muitas vezes praticadas em jardins e outros espaços públicos (incluindo em zonas centras das cidades) onde transitam pessoas que nada têm a ver com o assunto, e que muitas vezes se queixam do excesso de ruído, do vernáculo utilizado (incluindo palavrões e insultos) ou simplesmente do incómodo que é ter de assistir horas a fio e durante vários dias seguidos, a praxes que podem atrapalhar o comércio, o trabalho ou o repouso dos outros cidadãos. Quanto mais longe do perímetro escolar, maior a possibilidade das praxes se alongarem no tempo e das dinâmicas de grupo se excederem. E se as praxes são

efectuadas fora das cidades, em especial em locais potencialmente perigosos ao pé do mar ou nas montanhas, o risco de acidentes/abusos é maior e desnecessário.

Ponto 9. Por fim, esta temática tem de ser equacionada numa dinâmica de relações de poder, do mais forte sobre o mais fraco, dos veteranos sobre os caloiros, dos legisladores/reitores/directores escolares sobre os alunos, dos seniores sobre os juniores. Ou seja, quem detém o poder? Quem pode exercê-lo? Quem pode controlar quem? A discussão é precisamente essa, podendo incluir conflitos geracionais (por exemplo, com discussões sobre como se convivia antigamente em ambiente académico e como tal se processa agora). Esta discussão é muito mais complicada do que aquela que se centra nas praxes em si.

Ponto 10: resta propor uma forma de explicar os conflitos geracionais e as relações de poder neste contexto, de forma muito simplificada. Existem duas perspectivas diferentes de encarar o sistema: 1) as pessoas nascem boas, é a sociedade que as corrompe; ou 2) as pessoas são animais sofisticados e políticos que procuram sobreviver no ambiente competitivo da lei do mais forte, pelo que as instituições político-sociais ajudam a disciplinar, educar e civilizar os indivíduos. No primeiro caso, parte-se do suposto que o Estado deve intervir o menos possível em sociedade e que os mais jovens, em princípio, são menos polutos do que os seniores, pelo que a sua acção deve ser pouco regulamentada para não ser conspurcada pelas leis dos “homens”. No segundo caso, pelo contrário, admite-se que o Estado deve intervir o mais possível no quotidiano dos seus cidadãos, supervisionando e impondo regras que os impeçam de levar a sociedade à anarquia. Os primeiros interpretam o “Velho do Restelo” dos Lusíadas de Camões como um exemplo de conservadorismo estéril e timorata, que corta as asas às glórias da juventude. Os segundos consideram-no a voz do bom senso, que alerta para as consequências das bravatas dos irreflectidos. Os adeptos da primeira teoria provavelmente admitem que os alunos (praxantes e praxados) são conscientes e têm noção dos seus limites, logo, são adeptos de mais liberdade, muito a favor das praxes e da independência das comissões de estudantes que organizam essas dinâmicas de grupo. Quem prefere a segunda teoria, talvez considere ser indispensável regulamentar o mais possível as praxes (ou proibi-las quando abusivas), chamando ao debate pais, educadores, reitores/directores e legisladores para regular a actividade dos mais jovens, porque nessas idades há grande risco de irresponsabilidade.

Posto isto, o assunto está a ser discutido em Janeiro de 2014 em praça pública porque morreram seis jovens há pouco tempo. Mas não são as primeiras vítimas mediáticas nos últimos anos e desde então nada foi feito para mudar o sistema. Quiçá o *status quo* seja do interesse/concordância da maioria da população que, assim sendo, considera que os excessos cometidos são a excepção e não correspondem à regra, que o problema não está na estrutura montada mas nos abusos praticados em seu nome, e que as praxes são voluntárias, em geral “divertidas” e que dinamizam o tecido social académico. Seja como for, o debate sobre o assunto pelo menos mobilizou o diálogo social, mediático e talvez instigue as instituições políticas a auscultar a população, a reflectir e/ou a tomar medidas nesta matéria.